**PROCESSO**: **n º** 1206-007356/2016

**INTERESSADO:** Marquêsan Barreto de Morais

**Assunto:** Indenização por apreensão de arma de fogo

Trata-se de **Processo Administrativo nº 1206-7356/2016**, em 01 (um) volume, com 20 (vinte) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensão de arma de fogo, realizado por Marquêsan Barreto de Morais **–** Cb PM – Matrícula nº 113762, Sandoval Vilar de Moraes Júnior – Sd PM – Matrícula nº 149542, Rogério Reis Wanderley – Sd PM – Matrícula nº 150189, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), para ser rateado igualmente entre eles.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

A análise dos autos nº 1206-007356/2016, restringiu-se a instrução do processo pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo e drogas, encontra-se em conformidade ao que preconiza a Lei Estadual nº 7.313/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.760/2012, e alterações dadas pela Lei nº 7.550/2013. Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Assessora Técnica da Superintendência de Auditagem (fls. 20).

2.1. Constata-se o Requerimento nº 069/2016 - 10º BPM, da lavra do TC QOC PM Roberto Valle da Costa, solicitando a concessão de indenização por apreensão de arma de fogos, listando os requerentes participantes da apreensão (fls.02/03).

2.2 Foi acostada cópia do Auto de Prisão em Flagrante de Julio Cesar Calixto (fls.04).

2.3. Foi acostada cópia do auto de apresentação e apreensão uma pistola marca Rossi, calibre 22, Nº 899, com duas (02) munições, sendo uma deflagrada (fls. 05).

2.4. Foram acostadas as cópias da carteira funcional dos militares (fls. 06/08).

2.5. Observa-se Declaração informando onde os militares relacionados estão lotados, e que são policiais militares do serviço ativos (fls.09).

2.6. Constata-se Despacho nº 1166/2016 – GSCG/ASS, encaminhando os autos a Secretaria de Segurança Pública, para providenciar a indenização devida aos militares (fls.10).

2.7 Verifica-se Certidão da lavra da Secretária Executiva de Pol. da Segurança Pública, informando que o processo encontra-se devidamente instruído para pagamento (fls. 11).

2.8. Observa-se cópia da Portaria nº 121/GSEP/2017, datada de 09/02/2017, de lavra da Secretária Executiva de Pol. da Segurança Pública (fls. 12)

2.9. Verifica-se despacho nº 312/SUPOFC/2017, datado de 21/02/2017, da Superintendente do Planejamento, Orçamento Finanças e Contabilidade, informando que em virtude da publicação do Decreto nº 51.828, de 27/01/2017, solicita autorização para dar prosseguimento aos tramites (fls.13).

2.10 Observa-se publicação no DOE/AL do Decreto nº 51.828 de 27 de janeiro de 2017, datada de 30/01/2017 (fls.14/15).

2.11. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17, e sua publicação no DOE/AL (fls. 16/17).

2.10. Observa-se cópia do Despacho nº 526/GS/AE/2017, publicado no DOE/AL, datada de 28/03/2017, (fls. 17).

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

3.1. De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais).

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“*a*“**, ato contínuo, que seja realizado o pagamento.

Maceió-AL, 04 de maio de 2017.

Viviane Rocha Luna do Nascimento

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 114-7**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**